



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

1 A reunião extraordinária do COMMADS realizada no dia quatorze de janeiro de
2 dois mil e quatorze, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Macaé
3 – ACIM, na Avenida Rui Barbosa, nº 270, Centro, foi iniciada às quatorze horas
4 e quinze minutos, pelo presidente **Sr. Guilherme Sardenberg Barreto**, que
5 saudou a todos os presentes e abriu a pauta de tema único: “**Apresentação do**
6 **Relatório de Impacto Ambiental do Terminal Portuário de Macaé Ltda. -**
7 **TEPOR**”. Na sequência foi apresentado o **Relatório de Impacto**
8 **Ambiental/RIMA** do empreendimento, pelos representantes das empresas
9 **Masterplan e Queiróz Galvão** - documento em anexo -, ponderando sobre os
10 aspectos econômicos e logísticos nos quais o município se insere, e que foram
11 decisivos para a escolha da locação do empreendimento. Após a exposição, os
12 questionamentos foram encaminhados aos representantes das empresas
13 **Masterplan e Queiroz Galvão** que esclareceram alguns pontos e também
14 receberam sugestões de ampliação e aprofundamento dos estudos para o RIMA
15 do empreendimento. O **Sr. Pedro Araújo Marinho, geógrafo e professor**,
16 advertiu que os estudos sobre os processos erosivos excluíram indevidamente o
17 Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba da área de influência direta do
18 empreendimento, pois os corpos hídricos que estão presentes na área considerada
19 de influência direta do empreendimento drenam para dentro do Parque.
20 Questionou que os estudos não informam sobre a destinação dos resíduos das
21 dragagens de manutenção recorrentes. Denunciou a presença de lixo radioativo,
22 notificada pelo Ministério da Saúde, que poderá ser encontrado quando na
23 realização das obras. Afirmou que a rodovia Amaral Peixoto não poderia estar
24 apenas parcialmente dentro da área de influência direta do empreendimento, e
25 alertou que haverá intensificação de veículos pesados, e os custos para a
26 permanente manutenção recairão sobre os cofres públicos. Foi respondido que os
27 “estudos de hidrodinâmica sedimentar apontam que em determinado ponto a
28 influência começa a não existir mais, e entra em regime natural”. O material das
29 dragagens será colocado na área de linha costeira onde interferências erosivas
30 ocorrerem, a um quilômetro ao sul e a um quilômetro ao norte. Quanto ao solo
31 contaminado foi informado que não tem dados. O **Sr. Fernando Marcelo**
32 **Manhães Tavares, coordenador do Fórum Permanente da Agenda 21 de**
33 **Macaé**, apontou que nos estudos deveria constar que há duas Unidades de



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

34 conservação relacionadas ao arquipélago de Santana: na área marinha uma APA,
35 e na área terrestre, um Parque Municipal. Questionou sobre a falta de
36 especificidade dos benefícios que advirão através do incremento da cadeia
37 produtiva gerada pelo empreendimento, e considerou o número de empregos
38 diretos pequeno. Destacou que os segmentos sociais críticos não foram
39 consultados, e não há referência a nenhuma organização social. Considerou
40 preocupante o indicador que prevê um aumento populacional somente com o
41 anúncio do empreendimento, e que contramedidas deveriam ser apresentadas.
42 Lembrou os fenômenos erosivos consequentes das dragagens executadas no
43 Lagomar, na década de 90, quando alguns caminhões de areia foram retirados e
44 causaram impactos às praias do Pecado e Cavaleiros, ao arquipélago de Santana,
45 também ocasionaram o desaparecimento do Pontal da Barra, e houve ameaça do
46 mar invadir a Rua da Praia. Destacou que os 55 itens de impacto e monitoramento
47 são superficiais, e as contrapartidas para os pescadores deveriam ser melhoradas e
48 mais concretas, pois as ações apresentadas - comunicação social e educação
49 ambiental - são usualmente propostas e não funcionam. Sugeriu outro prognóstico
50 para o local: criação de Unidade de Conservação, já que “há uma proposta
51 engavetada” para isto. Foi respondido que a cadeia produtiva será ampliada, que
52 os riscos para deter a migração populacional estão mapeados, e os programas para
53 os pescadores serão especificados na fase seguinte. Quanto à criação de Unidade
54 de Conservação, foi informado que não conseguiram nenhuma documentação
55 relativa à criação de UC, e que a área proposta para o empreendimento não se
56 sobrepõe a criação de UC. O **Sr. Mateus Emerick, funcionário da Petrobras**,
57 reiterou que não foi considerado o fluxo migratório que advirá com o
58 empreendimento, que será somado ao Porto de Imbetiba e ao Parque de Tubos.
59 Ressaltou que as primeiras dragagens para manutenção do calado precisarão ser
60 realizadas antes dos cinco anos estipulados. Observou ausência de estudos
61 relativos à *ictiofauna* do arquipélago de Santana, especificamente às formações de
62 corais que sendo base da cadeia alimentar serão impactadas pelo revolvimento de
63 sedimentos, recebendo menos luz e afetando a biota. Questionou sobre as
64 compensações para as perdas no arquipélago de Santana. Foi respondido que as
65 modelagens matemáticas de movimentação de sedimentos pelas correntes foram
66 previstas somente para as áreas situadas “à sombra do empreendimento”, e na



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

67 área situada atrás do quebra-mar não há estudos demonstrativos sobre geração de
68 fluxo de correntes. O **Sr. Vicente Klonowski, ambientalista e funcionário**
69 **público**, considerou que a visão técnica deveria ser revista à luz do conhecimento
70 popular, pois, comumente, os riscos reais não são considerados, apesar de fatos
71 comprovarem o contrário. Relatou que acidentes com poluentes e embarcações
72 frequentemente não são notificados, exemplificando a colisão de uma embarcação
73 de porte considerável, na ilha das Cavalas (arquipélago), em 2013, com risco de
74 derramamento, que só foi informado pela marinha após dois meses, evidenciando
75 uma tendência de ocultação destes problemas. Alertou que é usual o descarte
76 irregular de substâncias poluentes no mar, e exemplificou a denúncia recebida
77 sobre o descarte da lama oleosa resultante das operações na coluna de perfuração
78 dos navios-sonda, e que no período duas semanas acumulam cerca de 500 barris
79 desse resíduo em cada navio, que, usualmente, são descartados no mar.
80 Recomendou corrigir os dados informados, que estimam somente seis
81 quilômetros para a dispersão marinha dos sedimentos, pois são irreais, já que
82 estudos comprovam que estes chegam até a zona costeira de Búzios, além das
83 praias locais. Salientou que em casos de acidentes, o aporte de poluentes
84 impactará diretamente o estuário do rio Macaé e o arquipélago de Santana, e que
85 todos os dados desta categoria foram apresentados erroneamente diminuídos ou
86 irreais. Foi respondido que os dados foram calculados para sedimentos mais
87 grosseiros, sendo estabelecido um aporte de dez miligramas por litro -
88 considerando a turbidez encontrada naturalmente na área -, e que nestes padrões
89 há pouca tendência dos sedimentos atingirem as ilhas. Também foi informado que
90 o modelo de draga é moderno, e que os sedimentos serão gerados, na sua maioria,
91 na fase de construção do empreendimento. O **conselheiro Sr. Marcelo**
92 **Brazileiro/Iate Clube de Macaé**, atentou que os estudos não registram, na área
93 de influência direta, a presença das formações rochosas importantes denominadas
94 *Pedra do Hermes, da Mula e do Muleque*, que são pesqueiros de sardinhas e de
95 outras espécies comerciais. Indagou se há estudos sobre estes biomas e se há
96 alguma medida compensatória prevista para estes pesqueiros e para o arquipélago
97 de Santana. Foi respondido que o arquipélago não será influenciado, “pois está na
98 parte de sombra do empreendimento”; e com relação às medidas compensatórias
99 às Unidades de Conservação, foi respondido que é da competência do órgão



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

100 ambiental direcionar os recursos destas, segundo o Sistema Nacional de Unidades
101 de Conservação/SNUC. A **Sr^a. Érica Steagall, servidora da ESANE**, questionou
102 sobre a demanda hídrica de um empreendimento desse porte, incluindo
103 funcionários e obra, pois o maior conflito no município é devido à crise no
104 abastecimento de água para a população. Salientou outro grave problema que é a
105 escassez de moradias e que este problema não deve ser deslocado para o
106 município. Recomendou que todo o empreendimento que chega à Macaé precisa
107 oferecer um projeto habitacional para seus funcionários, que geralmente vêm com
108 as famílias, pois estes, ao buscar moradias, frequentemente se instalam em áreas
109 de proteção ambiental, como tem ocorrido nas restingas e nos manguezais, e que
110 o município não tem conseguido resolver este problema. Perguntou qual o projeto
111 habitacional que a empresa teria para ser desenvolvido junto com a Secretaria
112 Municipal de Habitação. Foi respondido que durante a obra a estimativa é de 96
113 metros cúbicos por dia, e na operação a demanda aumentará para 100 metros
114 cúbicos por hora, equivalente a 6 caminhões-pipa por hora, e que esta questão
115 está sendo desenvolvida junto com a CEDAE, responsável pelo abastecimento. O
116 **conselheiro Sr. Luiz Gomes Ferreira Júnior/ESANE**, complementando as
117 considerações sobre a demanda hídrica, avaliou que no projeto estão
118 dimensionados 15 mil litros de água para a tancagem (armazenagem), o que
119 demandará aproximadamente 60 litros de água por segundo, para manter 32
120 embarcações por dia, com 30 cúbicos de água, para cada embarcação.
121 Exemplificou que a Petrobras, ao instalar o porto de Imbetiba, constituiu um
122 sistema próprio de abastecimento para operar; e questionou se isso foi
123 considerado, pois colocar a responsabilidade do fornecimento de água para a
124 estatal - que não está conseguindo abastecer o município -, julgou ser “muito
125 forte”, no sentido de que o volume consumido será muito grande. Pediu
126 esclarecimentos sobre o reuso de água de drenagens, as ETE’s, e descarte desses
127 efluentes. Foi respondido que serão utilizadas duas ETE’s de tratamento
128 secundário e os efluentes tratados serão lançados no *canal Macaé-Campos* sendo
129 alguns utilizados em jardins. Complementando suas colocações, o **Sr. Luiz**
130 **Ferreira** questionou sobre a não utilização da via férrea que se encontra muito
131 próxima do empreendimento. Foi respondido que esta se encontra em más
132 condições de conservação e que o volume de carga geral é pequeno para o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

133 empreendimento viabilizar a linha férrea, e que se esta voltar a operar será
134 interessante. O **vereador Sr. Marcel Silvano/PT**, refletiu sobre a conjuntura de
135 implantação do empreendimento, declarando que há um entendimento quase
136 consensual no município, que desde a instalação do porto da Petrobras e as
137 atividades de exploração do petróleo e seus desdobramentos, o município sofre
138 com debilidades de planejamento, de gestão, de implementação de serviços
139 públicos, com muitas ausências, como água, transporte, esgoto e moradias.
140 Afirmou que o momento é de se pensar o desenvolvimento de forma a “não
141 passar mais trinta anos com todos os impactos nos apontando diariamente que
142 está errado, não foi legal, não deu certo”. Afirmou que, após um ano de nova
143 gestão, “não está convencido de já começar com um empreendimento de tal porte,
144 justamente em região tão sensível e difícil como a restinga do Barreto”. Pediu
145 esclarecimentos sobre os prazos de execução e sobre o que falta no processo, pois
146 o empreendimento não deverá mais passar pela Câmara dos Vereadores, e
147 afirmou que não está convencido de que o município está em condições de
148 “abraçar o empreendimento de olhos fechados”. Foi respondido que, se
149 concedidas todas as licenças, em setembro de 2014 a obra será iniciada, e em
150 2017 o terminal estará operando. O consultor comentou que apesar da empresa
151 considerar positivos os aspectos de infraestrutura para a instalação do
152 empreendimento no município, será necessário observar os erros ocorridos
153 para evitar recair nos mesmos problemas. O **conselheiro Sr. Madson**
154 **Nazareno/Guarda Ambiental de Macaé**, expressou preocupação sobre os
155 impactos negativos que advirão quanto à demanda de água, às invasões, à
156 moradia, avaliando que será necessário um planejamento para os impactos na
157 segurança, educação e saúde. Afirmou que “o hospital público de Macaé não
158 suporta mais as demandas de acidentados na BR-101”. Questionou se a *rodovia*
159 *do petróleo* será ampliada para os caminhões, e alertou que apesar da construção
160 da rotatória no Barreto, haverá engarrafamentos e que é necessário planejar saídas
161 de emergência. Sugeriu que o empreendedor precisaria pensar sobre estes
162 problemas junto com a prefeitura, para, então, poder planejar um empreendimento
163 de grande porte. Foi respondido que será gerado outro fluxo de veículos e que
164 está previsto um programa de auxílio à mobilidade urbana para trabalhar junto
165 com o município. O **Sr. Martinho Santafé, jornalista e ambientalista**, destacou



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

166 que o EIA/RIMA não tem sustentação técnica, considerando-o mais fraco que o
167 apresentado para o Porto do Açú, alertando que será colocada em xeque a
168 seriedade dos órgãos ambientais do estado. Avaliou que, no documento, o
169 empreendimento se exime dos problemas que serão gerados por ele, e criticou
170 constar no relatório que “o empreendimento abrirá novas oportunidades para o
171 poder público”, pois o orçamento do município é extraordinariamente robusto -
172 em torno de dois bilhões de reais. Comentou a crise administrativa do município,
173 as perdas na qualidade de vida, e a ameaça de agravamento do cenário com um
174 novo porto. Manifestou sua estranheza ao apoio de pessoas do próprio governo a
175 um projeto que considerou insustentável, e afirmou que o estudo reduziu a área de
176 abrangência dos impactos e também a descrição destes. Na sequência, a **Sr^a.**
177 **Bernadete Vasconcellos, ambientalista e empresária**, perguntou se haveria
178 disponibilização, na rede virtual ou impresso, da apresentação realizada na
179 reunião e solicitou a disponibilização desta. Foi respondido que uma cópia
180 impressa dos cadernos do EIA/RIMA foi entregue ao COMMADS no dia 30 de
181 dezembro de 2013, e o arquivo da apresentação será disponibilizado pelos
182 consultores. Continuando, a **Sr^a. Bernadete** leu instrução do Ministério Público
183 que obriga o EIA/RIMA fornecer dados e fotos corretos e atualizados, pois do
184 contrário, a licença é sumariamente negada, por configurar má fé da empresa
185 solicitante. Considerou o cumprimento destas exigências quanto à correção dos
186 dados ser importante, visto que o município de Macaé tem sofrido mudanças à
187 cada dia. O **Sr. Fernando Mancebo, biólogo e servidor municipal**, reclamou
188 sobre o fato de três anexos do EIA estarem apresentados no idioma inglês.
189 Também ressaltou que o CONAMA (Conselho Nacional do Ambiente) obriga a
190 autorização prévia para atividades dentro de área limite de 10 km no entorno das
191 Unidades de Conservação, e o empreendimento está a 2,5 km do PARNA-
192 Jurubatiba. Foi respondido que os volumes em inglês são artigos e não estudos, e
193 quanto à área de influência junto à UC, foi esclarecido que a Resolução
194 CONAMA nº: 428/2010 substituiu a anterior, e atualmente é necessário somente
195 a anuência (autorização) do órgão gestor da Unidade de Conservação. O **Sr.**
196 **Marcelo Puertas, servidor e chefe de gabinete do vice-prefeito**, questionou
197 sobre propostas para a preservação dos sítios arqueológicos existentes no
198 arquipélago de Santana. Sugeriu incluir o Bairro Ajuda nos estudos, e reiterou a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

199 questão do desabastecimento de água potável que sofre a população. Destacou a
200 ameaça do esgotamento da água devido ao assoreamento do Rio Macaé, os
201 desmatamentos, a degradação das nascentes, problemas que, primeiramente,
202 precisam ser revertidos. Esclareceu que, constitucionalmente, é prioritário o
203 abastecimento de água para a população. Declarou que, como cidadão e homem
204 público, deseja desenvolvimento, mas que o município já tem experiência neste
205 tipo de empreendimento, e quer sustentabilidade e qualidade de vida. Afirmou
206 que Macaé acumula muito passivo e “não se pode mais permitir o crescimento
207 desse passivo em progressão geométrica, sendo preciso parar um pouco e resolver
208 esses problemas”. Analisou que é preciso rever os impactos e as áreas de
209 influência, “pois o empreendimento prevê sua viabilidade econômica, e ao
210 município cabe criar formas de tornar a cidade viável”. Citou os impactos do
211 empreendimento à segurança pública, alertando que novas áreas de preservação
212 ambiental serão invadidas por conta do problema habitacional, e que serão criadas
213 mais favelas. Reiterou a abrangência do problema da falta de água, “que
214 ultrapassa o simples envolvimento da CEDAE”, sendo necessário priorizar a
215 recuperação da bacia hidrográfica do Rio Macaé, e atender a população,
216 primeiramente. Afirmou que “o município precisa de uns trinta anos para zerar e
217 sanear seu passivo para poder trazer um empreendimento como este”. Foi
218 respondido que o arquipélago pode receber recursos, através de apresentação de
219 projeto à *Câmara de Compensação Ambiental – CECA*, e sobre a questão da
220 água, foi reiterada a parceria de um projeto com a CEDAE para abastecer o
221 Lagomar e ampliar a rede adutora. O **Sr. Paulo Sérgio Barcelos, engenheiro**
222 **florestal e servidor municipal**, questionou não serem apontados impactos como
223 a perda da beleza cênica - citando exemplo próprio, de um terreno adquirido
224 “com vista eterna para o mar”, mas se construído o empreendimento, “terá uma
225 vista eterna de um porto”. Criticou não haver sido contemplada a *avenida*
226 *Industrial* nos estudos, muito próxima ao empreendimento, o que reduziria
227 impactos sobre a rodovia Amaral Peixoto. Observou que na área visada pelo
228 empreendimento há remanescentes de restinga em estado bastante preservado,
229 sendo que há proposta de criação de Unidade de Conservação, inclusive aprovada
230 em consulta pública. Lembrou que na reunião para apresentação do
231 empreendimento na comunidade do Barreto, foram mais solicitadas: a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

232 urbanização da orla e a capacitação profissional. Completando, esclareceu que,
233 em 2003, a Prefeitura, o SPU, o MMA, Agenda 21 e outras Instituições
234 elaboraram o *Projeto Orla*, para a orla norte do Município, o que vem ao
235 encontro da demanda apontada, e que isto poderia ser uma das medidas
236 compensatórias. Por fim, afirmou que as medidas compensatórias para os
237 pescadores necessitam ser detalhadas e efetivas. Foi respondido que as medidas
238 compensatórias são obrigatórias e podem ser destinadas para estes projetos. O
239 **conselheiro Rodrigo Lemes Martins/NUPEM-UFRJ**, relatou que a realidade
240 de Macaé é ilusória com relação a empregos, narrando ter sido abordado por um
241 cidadão embriagado à procura de emprego em frente à prefeitura. Criticou,
242 considerando absurdo, o fato de zona de influência direta do empreendimento se
243 sobrepôr ao *PARNA-Jurubatiba*. Destacou aspectos do desenvolvimento do
244 município como, a “proliferação de empresas no litoral”, o aumento das
245 operações correlatas, e sobre o processo de ampliação da faixa de dutos do
246 Terminal Cabiúnas, instalada exatamente na mesma área do empreendimento,
247 alertando que isto representa um risco, cuja viabilidade será analisada pelo INEA.
248 Enumerou os procedimentos em andamento no *Ministério Público* sobre os
249 registros de ocorrência de 67 derramamentos de óleo registrados durante o
250 abastecimento das embarcações no porto de Imbetiba, entre 2000 e 2005.
251 Considerou que a pluma de dispersão dos sedimentos rebate no litoral e após
252 cerca de trinta dias chega ao arquipélago de Santana e dos pesqueiros, alertando
253 que derramamentos e acidentes serão muito mais sérios. Destacou que não podem
254 ser propostos empreendimentos em área que se sobrepõem à áreas Unidades de
255 Proteção Integral, que é o caso da *Parque Municipal do Arquipélago de Santana*.
256 Reclamou não encontrar a documentação referente à audiência pública realizada
257 no Barreto para a criação da Unidade de Conservação do Barreto e citou os
258 trabalhos desenvolvidos pelo COMMADS, inclusive com mapas de
259 geoprocessamento, para a criação de Unidade de Conservação na referida área, e
260 fez uma cobrança ao Conselho sobre estes documentos. Finalizou perguntando a
261 quem interessaria este empreendimento, pois com relação às outras áreas
262 geograficamente equivalentes avaliadas para construção de portos no norte-
263 fluminense, “nenhuma delas faz o absurdo de instalar um porto dentro da área
264 urbana, e isto deve ser colocado na balança”. Foi respondido que os equipamentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Ata da Reunião Extraordinária do dia 14 de janeiro de 2014

265 serão de última geração, e serão colocadas bóias de contenção, sendo que a
266 escolha por Macaé foi baseada na proximidade da indústria *offshore* e na
267 infraestrutura que o município apresenta. O **conselheiro Márcio Nascimento da**
268 **Silva/ONG-GDEPS**, manifestou sua crença no desenvolvimento sustentável,
269 afirmando que há um clamor para que se crie a Unidade de Conservação do
270 Barreto, e sejam instalados centros de pesquisa para animais marinhos e de
271 recuperação de fauna. Ao final, recitou versos de um poema, dizendo: “bate o
272 coração da terra, e meu coração bate com ela”. A **conselheira Cleilce**
273 **Azevedo/IMMT**, destacou a oportunidade histórica de se corrigir erros do
274 passado, destacando que a organização do Comitê de Bacias Hidrográficas do Rio
275 Macaé e Ostras, e a revisão do Plano Diretor são discussões correlatas e
276 estratégicas. Avaliou que no balanço da sustentabilidade, há perdas e ganhos, e
277 que esta discussão deve ser globalizada, incluindo os pescadores e outros
278 segmentos da sociedade, para “não perder este momento de decidir para as
279 próximas gerações, deixando um esvaziamento para os filhos de Macaé”.
280 Ressaltou que Macaé é produtora de água, que é bem necessário para a produção
281 de petróleo, além de rico potencial de recursos naturais, citando a pesca, que
282 precisa evoluir para a pesca industrial. Ressaltou a necessidade de pensar a
283 sustentabilidade do município e da região, e recuperar e preservar os recursos
284 naturais. O arqueólogo **Sr. Gustavo Vagner**, informou que 90% dos dados de
285 pesquisa gerados em sua área de trabalho são oriundos de levantamentos
286 territoriais em obras de engenharia, e que espera estar atuando neste
287 empreendimento. Foi respondido que já foi protocolado um pedido de prospecção
288 ao *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN*. Encerradas as
289 questões, o **presidente** teceu considerações sobre a necessidade do cumprimento
290 do processo de licenciamento, que contempla esta etapa de consulta à sociedade,
291 informando que o governo está avaliando todas as questões referentes ao
292 empreendimento para a tomada de decisão, e convidou a todos para a audiência
293 pública a ser realizada no dia seguinte a esta reunião, e finalizou a reunião às
294 dezessete horas e vinte minutos, e eu, **Ingrid Santos Stigger, secretária**
295 **executiva**, redigi e dou fé a presente ata, assinando-a junto com os demais
296 conselheiros participantes. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX